

Estado de Emergência

A crise e as empresas do Setor – Avaliação da situação na semana de 13 a 17 de abril

A AICCOPN || AECOPS apresentam os resultados do inquérito realizado pelo INE às empresas de construção e imobiliário, de avaliação da situação de crise na semana de 13 a 17 de abril, evidenciando os seguintes aspetos: a percentagem de empresas em funcionamento; a redução no volume de negócios; o emprego; as medidas do Governo; a liquidez e o acesso ao crédito.

Em primeiro lugar, 88.7% das empresas mantinham-se a funcionar, mesmo que parcialmente, 10.3% suspenderam temporariamente a atividade e 1.1% encerraram definitivamente.

Em segundo lugar, 66.3% das empresas registam uma redução no volume de negócios. Dessas, 9.4% tiveram uma redução inferior a 10%, 52.6% das mesmas, entre 10% e 50%, e as restantes 38%, mais de 50%.

Para explicar a redução no volume de negócios, 70.4% das empresas referem como relevante as restrições no contexto do estado de emergência e, 62.5%, a ausência de encomendas. Os problemas na cadeia de abastecimento são referenciados como tendo muito impacto por 31.1% das empresas e a falta imprevista dos trabalhadores é indicada por 12.5% das empresas.

Em terceiro lugar, 46.8% das empresas reduziram o número de pessoas ao serviço. Dessas, 22.6% reportam uma redução inferior a 10%, 23.1%, entre 10 e 25%, 21%, entre 26 e 50%, e 29.3% apontam uma diminuição superior a 50%.

Em quarto lugar, é muito reduzido o número de empresas que estão a beneficiar das medidas apresentadas pelo Governo. Só 4.5% recorreram à moratória do pagamento de juros e capital dos créditos existentes, 0.8% solicitaram novos créditos com juros bonificados ou garantias do Estado, e 6.5% pediram a suspensão de pagamento de operações fiscais e contributivas.

Em quinto lugar, um número significativo de empresas não está a planear beneficiar das medidas apresentadas pelo Governo. Assim, 48.5% das empresas não esperam beneficiar da moratória ao pagamento de juros e capital dos créditos existentes, 43.6% não esperam aceder a novos créditos com juros bonificados ou garantias do Estado e 37.5% não preveem suspender o pagamento de operações fiscais e contributivas.

Em sexto lugar, na ausência de medidas adicionais de apoio à liquidez, 5.8% das empresas consideram que só poderão permanecer em atividade 1 mês, 24.1%, até 2 meses, 19.7%, de três a seis meses, e 16.2%, mais de seis meses.

Em sétimo lugar, 80.9% das empresas não aumentaram o recurso ao crédito bancário.

22 de abril de 2020